



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº 21/2012

**ATA DA 17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos oito dias do mês de Novembro do ano dois mil e doze, pelas vinte horas e, reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em 17ª Sessão Extraordinária, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Sérgio Paiva, António José Real da Fonseca e José Carlos Pires, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PAOD -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 – Projeto Hortas Urbanas de Odivelas -----

PONTO 2 – Transportes no Concelho de Odivelas -----

PONTO 3 – Relatórios das Comissões -----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PSD**, O membro da Assembleia Municipal **Maria João Nascimento**, pelo Membro **Paula Paçó** -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Campos**, pelo Membro **Fernando Amaral** -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Fátima Amaral**, pelo membro **António Nunes** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **40** Membros da Assembleia Municipal.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Mário Máximo e os Senhores Vereadores Hugo Martins, Carlos Bodião, Rui Francisco e Maria da Luz Nogueira, pelas bancadas do PS, PSD, CDU, respetivamente. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** propôs que se desse início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

A **bancada do PS**, apresentou duas **Moção** sobre **“Segurança no Concelho de Odivelas”**, (doc. 1) e **Moção “Contra o Avanço da Extinção de Freguesias em Odivelas”** (doc. nº 2) que seguidamente se transcrevem:-----

“Segurança no Concelho de Odivelas”-----

“Considerando que: -----

- 1. A segurança é uma condição básica para a qualidade de vida das pessoas, com especificidades importantes em contextos urbanos como Odivelas; -----*
- 2. Múltiplos fatores podem contribuir para oscilações nos fenómenos relacionados com a criminalidade e, de modo mais geral, para a perceção da (in)segurança pela população, incluindo a evolução das condições sociais e económicas; -----*
- 3. Todos os agentes sociais e políticos têm a responsabilidade de contribuir de modo construtivo e empenhado para a promoção da segurança e dos sentimentos de segurança das populações, e em particular os agentes políticos devem zelar por políticas adequadas e pela criação de condições neste sentido; -----*
- 4. O trabalho das forças de segurança é especialmente importante e tem impactos profundos e diretos quer sobre a segurança efetiva quer sobre o sentimento das pessoas no que toca à segurança;-----*
- 5. As condições infra-estruturais, logísticas e humanas de trabalho das forças de segurança no concelho de Odivelas estão longe de corresponder aos padrões desejáveis, existindo mesmo situações graves de insuficiências e inadequação dos meios humanos e materiais disponíveis (como se vê pelo rácio de agentes atualmente existente), bem como de instalações que chegam a pôr em causa a dignidade das*



Assembleia Municipal de Odivelas

condições de trabalho dos agentes e o atendimento ao público, como no caso das esquadras na Póvoa de Santo Adrião e em Odivelas; -----

No seguimento do debate sobre este tema no dia 25 de Outubro, a Assembleia Municipal de Odivelas delibera: -----

1. Louvar o trabalho da PSP no concelho de Odivelas, em particular pela forte capacidade operacional que tem demonstrado com os meios que tem disponíveis, pelo profundo conhecimento do terreno e pela capacidade de se adaptar e entender as especificidades do território em que atua e, também, pela abertura institucional que tem demonstrado para dialogar e trabalhar em conjunto com outras entidades do concelho; -----

2. Sublinhar a importância do reforço dos meios humanos afetos às forças policiais em Odivelas, de modo a que haja um reforço dos atuais rácios de agentes, que para a população e características do concelho são manifestamente escassos; -----

3. Salientar junto do Ministério da Administração Interna a urgência das novas instalações da esquadra de trânsito na Póvoa de Santo Adrião, sobretudo em face das condições logísticas, de trabalho e de atendimento ao público muito deficitárias, e conforme contratualizado entre o MAI e a Câmara Municipal de Odivelas, que assumirá parte dos custos inerentes; -----

4. Reclamar junto da mesma entidade o cumprimento célere do protocolo assinado para a instalação em Odivelas da Divisão de Odivelas para o qual a CMO já disponibilizou terreno, também conforme protocolo assinado já em 2007." -----

"Contra o Avanço da Extinção de Freguesias em Odivelas" -----

"Considerando que: -----

1. Foi finalmente divulgada a proposta da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) sobre a reforma administrativa que o Governo quer implementar; -----

2. A proposta concreta da UTRAT em relação ao município de Odivelas contempla a redução de 7 para 4 freguesias num concelho que, já antes de qualquer reforma, tem um dos maiores números de habitantes por freguesia a nível nacional e mesmo nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, muito acima da média e do que seria desejável para um território com características e complexidades que são conhecidas; -----

3. A UTRAT não teve minimamente em conta as razões substantivas e fundamentadas para rejeitar qualquer redução de freguesias à luz da Lei 22/12, de 30 de Maio, invocadas quer na pronúncia formal quer nas sucessivas tomadas de posição que, unânimes, os órgãos autárquicos do Concelho (Assembleia Municipal, Assembleias de Freguesia, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia) foram em diferentes momentos emitindo sobre esta matéria e que foram anexadas a tal pronúncia; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

4. A referida pronúncia formal foi considerada como “não pronúncia”, à luz dos termos legais aprovados, num claro e inaceitável desrespeito ao poder local, à sua autonomia e dignidade;-----

5. Caberá agora à Assembleia da República avançar com um processo legislativo que concretize as propostas emanadas da UTRAT. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas delibera: -----

1. Condenar a não consideração dos argumentos invocados pela Assembleia Municipal na sua pronúncia formal de 15 de Outubro, tal como de outras Assembleias Municipais, sem que se conheça qualquer contraditório, da UTRAT ou de qualquer outra entidade administrativa ou governamental, nem a estes nem à sua fundamentação; -----

2. Repudiar a disposição da Lei 22/12, de 30 de Maio, que impõe considerar como “não pronúncia” formal as “pronúncias” dos órgãos municipais que não se sujeitaram às regras e métodos da “reforma” que se lhes quer impor; -----

3. Reiterar a oposição a que todos os municípios, independentemente da sua vontade e da sua situação administrativa e demográfica de partida, sejam obrigados a cumprir os mesmos critérios quantitativos, conforme previsto na referida Lei 22/12, prejudicando assim fortemente os municípios que já têm poucas freguesias e muita população, aos quais não são garantidas quaisquer salvaguardas; -----

4. Reiterar oposição a uma reforma que, apesar de em abstrato formular outras preocupações, em concreto e na prática acaba por estar focada fundamentalmente no objetivo final de redução do número de freguesias e em procedimentos quantitativos que permitam cumpri-los, independentemente de outras razões relevantes e ponderosas; -----

5. Exigir ao Governo, aos agentes políticos e aos deputados da Assembleia da República, de todos os partidos, para que sejam tidas em conta as posições assumidas pelos órgãos autárquicos e a vontade expressa das populações, e para que defendam os interesses dos cidadãos por quem foram eleitos, tomando posição de modo a impedir que esta proposta avance nos moldes em que está formulada; -----

6. Reiterar a oposição a qualquer redução ou extinção de freguesias no Concelho de Odivelas, pelos motivos invocados e fundamentados na pronúncia de 15 de Outubro de 2012 e noutras tomadas de posição dos órgãos autárquicos do que lhe foram anexadas.” -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi colocada à votação a discussão do documento acima apresentado, tendo sido **Aprovada por Unanimidade**. -----

Paulo Pinheiro, pela bancada do **PSD**, apresentou uma declaração política que seguidamente se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

"São inegáveis as dificuldades que os portugueses hoje atravessam, dificuldades principalmente causadas por erros passados contrários ao princípio da solidariedade colectiva, de falta de visão comunitária e de Bem-Comum. Hipotecaram-se as atuais gerações e as futuras, devido a opções que colocaram à frente o imediato em vez do duradouro, os interesses de pessoais à frente dos interesses de todos. -----

Os direitos adquiridos de uns, que tanto custaram alcançar, travam hoje os direitos básicos de outros. Tem-se vivido acima das possibilidades e, com isso, Lançou-se para o presente e para o futuro um Legado pesado de um crédito para que alguém pudesse ter tido benefício no passado. -----

Á falta de responsabilidade no contínuo endividamento individual e coletivo, a falta de sentido de Estado e de Democracia, a falta de estratégia nacional e a super valorização do individualismo, tudo isto causa do decrescente sentido de solidariedade, trouxe-nos à actual difícil realidade. -----

Por isso, cada vez mais se reclama a necessidade de uma visão e de uma postura social e política baseada no princípio da Solidariedade Inter-Generacional. -----

A Solidariedade Inter-Generacional consiste num conceito que reclama um novo paradigma social, baseado na responsabilidade na decisão, num quadro de motivação ética, que vise o conforto e o equilíbrio social, com conhecimento e determinação. -----

Este é um paradigma que valoriza o melhor em cada um, que apela à iniciativa, que procura desenvolver o potencial humano, assente num quadro de bem-estar coletivo, unindo os portugueses pelas suas capacidades e não pelos seus lamentos. -----

Devemos harmonizar interesses e objetivos, com base numa matriz de cooperação intemporal, num pacto de hoje projetando a construção de um futuro mais próspero, mais consciente e mais solidário. -----

Apenas o compromisso entre gerações, visando um projeto comum, que considere interesses partilhados, decisão partilhada e responsável, poderá constituir um tecido decisor eficaz e completo, tendo em vista uma mudança efetiva para Portugal. -----

As novas gerações querem ser protagonistas de um presente e um futuro baseado neste princípio, e para tal, é importante que se demonstre essa vontade na prática. O princípio da solidariedade inter-geracional é um processo de permanente partilha, e como tal, tem sempre duas direções: dos mais novos para os mais velhos e vice-versa. -----

No passado dia 1 de Outubro, Dia internacional do idoso, a JSD, sugeriu a criação de comissões de proteção de idosos, à semelhança do que já existe para crianças e jovens em risco, uma medida que não implica custos acrescidos. -----

Perante uma situação em que grande parte da violência doméstica que ocorre no país é da parte de mais novos para com idosos, de filhos para pais, é necessário que os Órgãos de Soberania tomem iniciativa no sentido de encontrar mecanismos que possam dar resposta a estas necessidades, às pessoas que vivem sozinhas, que têm dificuldades e que são maltratadas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Tendo em conta que a nível municipal existem já comissões de proteção de crianças e jovens, é possível encontrar uma solução semelhante para salvaguardar os idosos, seja alargando as competências destas comissões também aos mais velhos ou criando uma estrutura paralela semelhante que desse resposta a estas necessidades. -----

Vivemos o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações. Esta é uma oportunidade de o cumprir!."-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS** -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP** -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi colocada à votação a discussão do documento acima apresentado, tendo sido **Aprovada por Unanimidade**. -----

Pelas **21h06**, trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas **21h40** os trabalhos foram retomados.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Vou pronunciar-me relativamente às moções apresentadas.-----

Relativamente à moção sobre a segurança no concelho de Odivelas, estamos de acordo como é evidente, deixamos só aqui um pormenor interessante, quando fizemos a visita ao hospital Beatriz Ângelo, depois apareceu uma moção apresentada pelo PS, sobre os transportes da Pontinha para o Hospital Beatriz Ângelo, agora como nós pedimos o agendamento de um ponto sobre segurança surge esta moção.-----

Portanto Sr. Presidente fica desde já este pedido, vamos discutir na próxima Assembleia Municipal, vamos pedir que seja agendado um ponto sobre os Bombeiros no concelho de Odivelas, espero que depois o PS apresente uma moção sobre este tema. A minha avó dizia não há duas sem três.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Relativamente à moção nº 2, nós já todos sabíamos e já tínhamos discutido isto há muito tempo, e de vez em quando invariavelmente vem aqui à Assembleia Municipal, alias a lei que aqui é referida, é uma lei que já existe há seis meses.-----

E já sabíamos que nós ao tomarmos aqui uma decisão, unânime, sobre a manutenção das freguesias, era considerado uma não pronuncia. Não sei qual é a surpresa de V.Exas, por ter hoje saído uma coisa que já estava anunciada há vários meses. Há aqui uma serie de pontos que nós não estamos de acordo com esta moção, já discutimos amplamente esta questão das freguesias, todos sabem qual é a nossa posição formal, apesar de termos continuado e vamos continuar a dizer, que se tivéssemos tomado uma posição a freguesia da Ramada, poderia ter sido "salva", mas com certeza que esta freguesia não se vai perder.----- Mas ninguém quis tomar essa responsabilidade porque isso era penalizador por altura das eleições, como eu vos compreendo, é evidente. Mas não duvida nenhuma que nós estamos à vontade para colocar este assunto aqui na Assembleia Municipal, foi um assunto que nós já colocamos aqui anteriormente. É nosso entendimento que mesmo que não fosse nos moldes só para salvar a Ramada, podia ter havido um gesto de boa vontade para com a lei que saiu, que é uma lei que temos que cumprir, há leis que eu não gosto, eu não estou a dizer que lei está bem feita, até pessoalmente considero que não está bem feita. Mas nós não discutimos as leis, eu tenho a minha reforma e não gosto que me tirem os subsídios de férias e natal, mas foi assim que o Governo decidiu, e não venho para aqui apresentar moções, a comparação é um pouco assim de caricatura, não tem muito a ver com a vida autárquica, tem a ver com questões pessoais, também estou solidário contigo, Sr Presidente!-----

Mas não há duvida nenhuma que isto vai vos acompanhar, pelo menos a alguns pessoas nesta sala, o facto de não quererem e não terem tomado uma posição, e por esse facto uma freguesia puder ficar agregada a outra. Por acaso há esta coincidência de serem as duas freguesias atualmente da CDU, e assim é uma pena que os Srs não terem tomado essa posição atempadamente, e só se aperceberam muito tarde do que ia acontecer. Mas espero que algumas preocupações e expetativas que algumas pessoas têm relativamente à inconstitucionalidade do documento, possam de facto ter razão, porque senão for isso, nós vamos ter em outubro do próximo ano, eleições em quatro freguesias em vez de sete."

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da CDU; -----

Bruno Duarte, pela bancada do PSD, -----

Miguel Cabrita, pela bancada do PS, -----

Os documentos, acima mencionados, foram colocados à votação tendo sido: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Documento nº1, foi Aprovado por Maioria com os votos a favor das bancadas do **PS, PSD, CDU, Independente, MPT, CDS/PP**, e com abstenção da bancada do BE.-----

Documento nº2, foi Aprovado por Maioria com os votos a favor das bancadas do **PS, CDU, BE e Independente**, voto contra do **CDS/PP** e com as **abstenções** da bancada do **PSD e MPT**-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **José Falcão e Lúcia Lemos**, pelas bancadas do **BE e CDU**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

José Falcão-----

*"Nós votamos a favor apesar de continuarmos a pensar que é a população que deve ser chamada a decidir sobre aquilo que quer ou não quer fazer. Mais uma vez esta lei que se avizinha está completamente afastada das pessoas se decidirem, e é neste sentido que nós queremos reiterar o que já dizemos há cerca de 2 anos, a importância de votar, da democracia.-----
As pessoas falam muito de democracia mas não na prática não a fazem."*-----

Lúcia Lemos-----

*"Votamos favoravelmente esta moção, porque nunca é demais lembrar que esta lei é assente num princípio, que há muito pensávamos afastado da realidade portuguesa, quem não é por mim é contra mim. Este princípio está expresso, na ideia de que, de quem não se pronunciar a favor, é um tipo como não pronunciamento.-----
O resultado foi exatamente isto. Uma lei que esperamos ainda não venha de fato a produzir os seus efeitos, razão porque votámos favoravelmente esta moção."*-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal de Odivelas**, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----

Havendo quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário passar-se de imediato ao **Período de Intervenção do Público**, tendo sido Aprovado por Unanimidade.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou todos os presentes que se registaram **duas** inscrições do público. -----

Maria Fernanda Pinto Sanches, tendo feito referência aos transportes não Concelho de Odivelas-----

Maria José de Jesus Costa, tendo feito referência aos transportes no Concelho de Odivelas -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao Sr. Vice - Presidente da Câmara --
Municipal, para prestar os respetivos esclarecimentos. -----

Pelo Sr. Vice Presidente da Câmara foi pedido ao Sr. Presidente da Assembleia que fosse dada a palavra
ao Sr. Vereador Hugo Martins, para prestar esclarecimentos complementares. -----

Após este período, o **Sr. Presidente Assembleia Municipal** deu início à discussão dos Pontos
integrados na **Ordem do Dia**. -----

-----**PONTO 1 - PROJETO HORTAS URBANAS DE ODIVELAS**-----

Presente para deliberação, o "Projeto Hortas Urbanas de Odivelas", de acordo com a informação
nº005/DPUPE/FL/2012 de 29.08.2012, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal,
aprovada na 9ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 02.05.2012, que se
encontra arquivado na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzido. -----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**,-----
Duarte Barracas, pela bancada do **MPT**, -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto

Edgar Valles, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, -----

Registou-se a saída do Membro da Assembleia Municipal, Carlos Lopes, pela bancada do PS.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Vice - Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

O **Sr. Presidente Assembleia Municipal**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, MPT, Independente, CDS/PP e com as abstenções das bancadas do BE e CDU.-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros, Miguel Xara Brasil, José Falcão, Edgar Valles, Lúcia Lemos e Luis Salmonete, pelas bancadas **do CDS/PP, BE, PS, CDU E PSD**, que seguidamente se transcrevem:-----

Miguel Xara Brasil-----

"Nós entendemos que esta proposta chega em boa altura, quanto muito já chega tarde, faz todo o sentido por várias razões avançar-se para as hortas urbanas, sobretudo neste período, e até pode ser uma forma apoio. -----

Penso que em termos de sociabilização e educação, pode ser um projeto interessante, porque hoje em dia muitas crianças não sabe como se cultivam os legumes, até em termos pedagógicos pode ser um projeto interessante. -----

Já falámos na comissão sobre regulamento, tenho apenas uma achega: no critério de adjudicação deveria estar previsto qualquer questão de apoio social. Penso que quem tem mais necessidade, faria sentido ter preferência, em relação a uma pessoa que até pode ser pedido primeiro. -----

Deixo aqui esta sugestão, porque acho que faz todo o sentido nesta altura, quem tem mais dificuldades, mais filhos a cargo, ter prioridade em vencer o concurso em detrimento de quem chegou antes ou pediu mais cedo." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

José Falcão-----

*"Acho importante que tenha cuidado com os critérios de atribuição. -----
Por outro lado, a questão de os jovens estarem ou não preparados, conforme deputado Duarte Barracas afirmou, mas se calhar deputado iria ficar muito surpreendido pela preparação que muitos jovens têm na preparação das hortas urbanas, da agricultura biológica. -----
De fato é completamente diferente a forma como hoje se organiza uma horta, e essas pessoas estão preparadas, não pode haver um estereótipo de os jovens não sabem, porque são novos, e os mais velhos sabem, mas atenção que estes sabem fazer mas com pesticidas, não é agricultura biológica. -----
De fato são culturas diferentes, e essa troca de saberes entre os jovens e os mais velhos, uma ajuda mutua na organização das hortas, faz todo o sentido, uma nova pratica de tratar os terrenos, mais ecológica e sustentável a nível ambiental. -----
Por isso é muito importante que este projeto seja educativo, que seja levado para a frente, mas há muita indefinição que não me parece que isto não é um primeiro passo, porque estes passos são dados coxos, e mal dados, as coisas podem ser piores para emendar. E nesse sentido tem que haver uma discussão mais aprofundada sobre o que fazer. Porque o primeiro passo tem que ser bem dado, não ser só um passo." -----*

Edgar Valles-----

*"As hortas urbanas constituem-se um equipamento urbano com um carácter holístico, conseguindo reunir um conjunto de características que promovem a sustentabilidade da comunidade. Desta forma, as suas propriedades refletem-se, essencialmente, em cinco pontos fundamentais que são: a coesão social, ecologia urbana, promoção do espaço público, a resiliência económica e alimentar. -----
Com o processo de urbanização e as inerentes transformações socio-económicas, a cadeia alimentar das comunidades humanas transformou-se, deixando de ter uma relação direta com a "terra" e passando a integrar uma cadeia de valor alimentar, de produção intensiva e massificada. -----
Esta realidade fez perder a noção do ciclo alimentar e dos proveitos para a saúde e bem estar dessas mesma comunidades e por outro, gerou transformações profundas das relações de troca de nível económico. -----
Este projeto, é um contributo para a mudança de paradigma, onde a sustentabilidade é um processo fundamental para o equilíbrio do ecossistema em que estamos inseridos, como também, para a qualificação da paisagem urbana, o espaço público do Município e fundamentalmente, para a resiliência económica e qualidade de vida da população. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Assim e pelo que foi exposto¹ o Partido Socialista vota favoravelmente o Projeto de Hortas Urbanas de Odivelas, pelo contributo para a resiliência e qualidade de vida dos munícipes.-----

Lúcia Lemos-----

"A CDU absteve aqui, não pela questão do princípio, justiça se faça que aos projetos comunitários que a CDU sempre os acarinha, no entanto parece-nos que este é um projeto comunitário de uma oportunidade perdida. Porque este regulamento, e oxalá eu não tenha razão, este regulamento não vai habilitar grande coisa em termos de hortas urbanas, e penso que daqui a uns anos vamos estar outra vez, a discutir as possíveis hortas urbanas sem elas serem implementadas."-----

Luis Salmonete-----

*"O Partido Social Democrata considera importante a aprovação deste projeto que visa oferecer aos utentes que se candidatem, um espaço onde poderão desenvolver as suas capacidades no desenvolvimento de espécies agrícola tendo em atenção à primazia que se dá à chamada agricultura biológica. Esperamos que a adesão seja intensa para que um projeto desta natureza vingue.-----
Vamos pois votar favoravelmente este projeto."*-----

PONTO 2 – TRANSPORTES NO CONCELHO DE ODIVELAS-----

No âmbito deste ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**,-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**,-----

Presidente da Assembleia **Sérgio Paiva**,-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Membro da Assembleia Municipal, **Cristina Azedo**, pela bancada da **CDU**, para apresentação do ponto, que seguidamente se transcreve:-----

"Desde há cerca de ano e meio, com a chegada da "troika" e do novo governo PSD/CDS-PP que os munícipes têm vindo a ser "presenteados" com sucessivas alterações à rede de transportes públicos na área do concelho de Odivelas.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Primeiro foi o famigerado Plano de Simplificação tarifária e reformulação da Rede de Transportes da Área Metropolitana de Lisboa que, se não tivesse sido a intensa luta dos utentes dos transportes públicos, a que se juntou o parecer negativo da Câmara, o 36 teria deixado de servir a cidade de Odivelas, a carreira da madrugada teria também deixado de servir o concelho, o metro teria sofrido uma drástica redução do horário, deixando de servir Odivelas e a Pontinha a partir das 21h30.-----

No entanto, o desfecho do referido plano teve consequências na qualidade do serviço prestado pelo Metro que passou a circular com menos carruagens e com a velocidade mais reduzida. Teve igualmente consequências nos custos para a população que com os brutais aumentos dos tarifários verificados em janeiro deste ano, ou seja, quatro meses após os primeiros, que se registaram em agosto de 2011.-----

O objetivo claro é tornar lucrativas as empresas públicas de transportes para as entregar ao capital privado. É significativo que os resultados operacionais do Metro de Lisboa, em ano e meio, tenham atingido os 9,8 milhões de euros, o que foi feito à custa dos utentes e da redução do número de trabalhadores.-----

Quanto à Rodoviária de Lisboa assistimos no passado mês de agosto a “reajustamentos” que se traduziram no agravamento do serviço prestado à população. Metade das carreiras sofreram redução, algumas das quais drásticas, tendo passado para metade das circulações e aumentando o intervalo de frequência, o que se traduz no aumento do tempo de deslocação dos passageiros.-----

Carreiras como a 205, que fazia o percurso entre o Sr. Roubado e o Colégio Militar via Serra da Luz, passou a terminar na Pontinha, à exceção das 2 primeiras carreiras da manhã ou a 211, que era uma carreira rápida, que em cerca de 20 minutos transportava os passageiros dos Bons Dias para o Campo Grande e passou a terminar no metro de Odivelas. Os utentes desta carreira, além de demorarem mais tempo a chegar ao seu destino, viram os seus custos ainda mais onerados, pois também tiveram de mudar de título de transporte.-----

Outro aspeto foi a alteração dos percursos de uma série de carreiras que no período noturno e aos fins-de-semana passaram a terminar no metro de Odivelas em vez do terminal habitual, no Sr. Roubado. Algumas delas parece que fazem “um percurso turístico dos super e hipermercados”.-----

Também os transportes para o hospital de Loures estão longe de responder às necessidades da população do concelho, pela sua escassez, pelos percursos e horários, pelos custos que acarretam.-----

Muitos outros exemplos poderiam ser mencionados mas preferimos deixá-los para o debate.-----

Terminamos com a convicção de que da nossa parte, eleitos da CDU, tudo faremos para combater estas políticas que não servem os interesses das populações e o seu direito a disporem de condições de mobilidade.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Lutaremos contra a privatização das empresas públicas de transporte, condição fundamental para que o serviço prestado às populações não seja prejudicado em função dos interesses lucrativos das empresas, como hoje se verifica com a Rodoviária de Lisboa.”-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Conforme se pode constatar a CDU não tinha que ter receio falar em segundo porque o que aconteceu foi um relatório da comissão parcial, e depois sim o lançamento do debate por parte da CDU.-----

A Autoridade Metropolitana de Transportes não faz absolutamente nada, não coordena nada, cada vez há mais passes/títulos de transporte, em vez de haver menos títulos de transporte/passes, cada vez se dificulta mais e se aumentam os preços, uma autoridade metropolitana de transportes tinha que ter em conta tudo isto, entre outras coisas. Para não falar sobre aquilo que já foi dito pela bancada da CDU, sobre a redução dos horários. Enfim, não funciona.-----

Apesar das críticas que têm sido levantadas, nomeadamente pelo BE desde sempre, e muito antes do BE essas questões foram levantadas, pelo menos pela organização onde eu militava na altura que era PSR.

Isto é uma situação política que não se coaduna sobre as condições, sobre as dificuldades, sobre a complicação que é. Desculpem mas o que é isso? Mas o que nós ouvimos aqui foi o relatório dos responsáveis dos serviços, dos transportes e dos interesses dos transportes, e não o nos interessa.-----

Um autocarro não pode ir ao parque de estacionamento de um hospital por causa do piso? Mas porque não o autocarro não vai lá, e arranja-se o piso depois, caso se danifique. Porque há autocarros pesados que entram para servir os transportes. Há aqui uma coisa que é estranha, há alguns transportes que podem ir dentro do hospital, e aqueles que transportam as pessoas não podem. Mas o que é isto?-----

Se efetivamente o piso não está preparado, já não tinha havido tempo para organizar essa questão.-----

Que dificuldade que há em pôr um autocarro no hospital? Estamos a falar de coisas serias e não podem ser desculpas de mau pagador. De facto é brincar com as pessoas que têm que estar naquele hospital.----

Estamos a falar de argumentos do maior hospital que existe no planeta segundo as intervenções do Sr Administrador, que cada vez se vê mais os “buracos” em que nos encontramos a todos os níveis.-----

A nós também nos contaram que em relação aos preços do parque dentro do estacionamento e a dificuldade que existem, e os preços que existem eram culpa da Assembleia Municipal de Loures. Nós fomos Assembleia Municipal de Loures, evidentemente a Assembleia Municipal de Loures, não decidiu absolutamente nada. Os responsáveis do hospital disse-nos isso, é uma mentira. Eu ouvi o que este Srs disseram bem como o que Assembleia Municipal de Loures disseram, qual deles é que mentiu.-----

Já não basta aquela tragédia de estarmos a pagar uma parceria publica privada, e esperemos que não aconteça com o hospital Amadora Sintra, nem o que está a acontecer sistematicamente em Braga, que



Assembleia Municipal de Odivelas

infelizmente tem matado pessoas. Esperemos que não aconteça algo similar, mas de facto aquelas pessoas estão interessadas por números. A Assembleia Municipal de Odivelas tem aceite isso.-----

A Câmara Municipal tem que fazer as perguntas ao hospital, que já referi, e a Assembleia Municipal deve dizer à Câmara para as fazer. Para já não falar das paragens e abrigos. Isto é cúmulo da incompetência para a resolução dos problemas das pessoas.-----

A Câmara Municipal de Odivelas fez questão de discutir como é que eles iam colocar as coisas lá?-----

Os autocarros não podem lá ir por culpa do piso, aquela carrinha pode ir aos supermercados mas não pode ir entrada do hospital. Os abrigos não são feitos por culpa da Câmara, os preços são aumentados por culpa da Assembleia Municipal de Loures. Nada é culpa da Câmara Municipal de Odivelas, e muito menos da administração do hospital."-----

Fernando Amaral, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"A freguesia de Famões, tal como outras freguesias e localidades do concelho, vão de mal a pior em termos de transportes.-----

Senão vejamos: -----

Depois de há cerca de 2 anos ter havido a subdivisão dos horários em 2 carreiras, 1 que circula aos dias úteis até cerca das 20h30 ou 21 horas e outra que circula aos dias úteis e aos fins-de-semana diárias e o percurso encurtou, passando a terminar na Pontinha. -----

A carreira 216 — Sr. Roubado (Metro) — circulação via Casal Novo, que circulava todos os dias da passando a haver uma nova carreira, a 916, que circula nos dias úteis à noite e aos fins-de-semana, mas mudando o percurso, em vez de ir para o Sr. Roubado vai para o Metro de Odivelas.-----

A carreira 916 diminuiu, significativamente, a frequência aos fins-de-semana em comparação com a carreira 223, tal como a 203 encurtou o seu percurso, fazendo só o trajeto entre o Casal Novo e a Pontinha, deixando de ir ao Colégio Militar. -----

Conclusão: -----

Os famoenses ficaram pior servidos de transportes públicos. Os utentes que anteriormente podiam chegar a Lisboa (Colégio Militar) só com o passe da RL, agora para fazerem o mesmo trajeto, além de demorarem mais, pois têm de fazer transbordo, têm de pagar mais, pois têm de ter outro título de transporte. -----

Um outro aspeto que é muito sentido pela população é o não haver uma ligação direta para o Hospital Beatriz Ângelo. Em nossa opinião, quer a junta quer a Câmara deveriam pressionar a RL no sentido de ser criada uma carreira direta, tipo "Voltas", percorrendo os corredores centrais da freguesia. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Este aspeto é também muito importante, atualmente é muito caro ir ao hospital em transportes públicos. Quem não tem passe gasta quase € 10,00 ida e volta só em transportes. -----

Pelas **23h20**, registou-se a saída do Sr. Presidente da Assembleia -----

Pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma proposta de deliberação, sobre a "Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa", que seguidamente se transcreve:-----

"Considerando que: -----

- 1 – A AMTL (Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa), tem atribuições em matéria de planeamento, organização, operação, financiamento, fiscalização, divulgação e desenvolvimento do transporte público de passageiros, sem prejuízo de outras legalmente previstas, conforme consta do artigo 4º da Lei nº 1/2009, de 5 de Janeiro, que aprova o regime jurídico das Autoridades Metropolitanas de Lisboa e Porto; -----
- 2 – compete à AMTL tornar o sistema de transportes da AML – Área Metropolitana Lisboa sustentável dos pontos de vista social, ambiental, económico e financeiro até ao ano 2020, dando resposta eficaz a todas as necessidades de mobilidade da população; -----
- 3 – no que respeita ao Concelho de Odivelas estas atribuições estão longe de ser cumpridas;-----
- 4 – os órgãos do município têm a obrigação de zelar para que aos munícipes de Odivelas a AMTL garanta aquilo a que por lei está obrigada, -----
- 5 – é patente a insuficiência do serviço público de transportes no Concelho de Odivelas, desde o famigerado Plano de Simplificação tarifária e reformulação da Rede de Transportes da Área Metropolitana de Lisboa que pretendia retirar a carreira nº 36, a carreira da madrugada e a redução do horário, deixando de servir Odivelas e a Pontinha a partir das 21h30, até à atual situação insustentável do deficiente serviço de transportes públicos no Concelho, incluindo falta de transporte direto para o Hospital de Loures (HBA), sobretudo no que respeita à freguesia de Famões; -----
- 6 – de um modo geral os utentes dos transportes públicos em Odivelas além de demorarem mais tempo a chegar ao seu destino, viram os seus custos mais onerados; -----
- 7 – as alterações de percursos de uma série de carreiras que no período noturno e aos fins-de-semana passaram a terminar no metro de Odivelas em vez do terminal habitual, no Sr. Roubado ou até ao Campo Grande; -----
- 8 – os anunciados "reajustamentos" por parte da Rodoviária de Lisboa no passado mês de agosto mais não foram do que o agravamento do serviço prestado à população. Metade das carreiras sofreram



Assembleia Municipal de Odivelas

redução, algumas tendo passado para metade das circulações e aumentando o intervalo de frequência, o que se traduz no aumento do tempo de deslocação dos passageiros. -----

9 – é imperioso garantir às populações o seu direito a disporem de condições de mobilidade, no que respeita à frequência de transporte, percursos adequados e custos suportáveis. -----

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Odivelas recomenda que a Câmara Municipal de Odivelas reitere a sua posição perante as entidades competentes, nomeadamente a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, para que esta garanta o planeamento, organização e operação do transporte público de passageiros no Concelho de Odivelas para todos os municípios em condições de acesso igualitário, nomeadamente para que: -----

- 1. Sejam repostas as carreiras em frequência, percursos e períodos que existiam antes da situação atual;-----*
- 2. todas as freguesias do Concelho de Odivelas tenham serviço de transportes direto para o Hospital de Loures – HBA e que seja alargado o âmbito do passe L1 até ao hospital;-----*
- 3. seja efetuada uma redução dos preços do transporte.”-----*

*Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal em Exercício foi colocada à votação a discussão do documento acima apresentado, tendo sido **Aprovada por Unanimidade** -----*

*Pelas **23h30**, registou-se a entrada do Sr. Presidente da Assembleia -----*

***Miguel Cabrita**, pela bancada do **PS** -----*

*Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----*

“Em nome da honestidade intelectual que pauta as minhas intervenções, começarei por referir que nada me fará trair a confiança dos eleitores que me elegeram.-----

Nesse pressuposto, deixo aqui bem claro que não conheço ninguém que esteja satisfeito com o serviço prestado pela Rodoviária. Eis um caso raro de unanimidade.-----

De forma totalmente unilateral, alterou percursos, reduziu umas carreiras, eliminou outras, prejudicando sempre os mesmos, os passageiros.-----

O governo PSD/CDS não olha a meios quando se trata de preparar empresas para a privatização. Chama-se saneamento financeiro. Sim, porque em Portugal a iniciativa privada prefere áreas de negócio livres de riscos ou encargos. É assim com a banca, digamos até que esta é mais uma triste imagem de



Assembleia Municipal de Odivelas

marca deste governo. E vale tudo, inclusive tirar olhos: atentemos nos aumentos exorbitantes dos passes. O que aconteceu também aos estudantes, à terceira idade...por estas e por outras que há sectores estruturantes e estratégicos que não deveriam sair da alçada do Estado. Está aqui mais um belo exemplo que as populações nada beneficiam com privatizações.-----

Falemos da Ramada em particular. Ninguém escapa. Que o digam os moradores do bairro do Girassol que há tanto tempo reivindicam o prolongamento das 222. Esta carreira passa a terminar na Pontinha aos fins de semana, entre as 10 e as 19 horas.-----

Bairro de S. Jorge falta repor percurso e recolocar paragens. Faltam carreiras para quem tem os seus filhos na escola Eça de Queiroz e não tem transporte próprio. É urgente ligar este bairro via serra da Amoreira para servir quem por aqui reside.-----

A 202 A foi eliminada.-----

Continua a faltar uma carreira com um itinerário que sirva quem tem de se deslocar entre a Ramada de Baixo e as escolas, a USF e as Granjas Novas.-----

Chegar ao hospital Beatriz Ângelo é uma autêntica cruzada, em dinheiro e em tempo.-----

Bons Dias — A carreira 211 é um caso exemplar de maldade. 56 pode. Uma carreira que em menos de meia hora ligava a Ramada ao Campo Grande. Agora, a carreira vai até ao metro de Odivelas. E quem quiser continuar paga mais e demora mais tempo. Só aos dias úteis. A 934 que veio substituir a 211 aos dias úteis e fins de semana não serve. O percurso é mais longo, tem muito mais passageiros e menos carreiras.-----

É sabido que os idosos portadores de doença crónica já só têm dinheiro para comprar os bilhetes pré-comprados à conta para irem ao hospital, tal foi o aumento dos preços dos passes.-----

Alegar razões financeiras para justificar tudo isto é impróprio de quem deveria defender o interesse público e não o faz.-----

Esta é mais uma prova que o capital nunca foi social. Que ninguém se iluda!-----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

“Quando falamos de transportes em Odivelas, não podemos deixar de falar de transportes na Área Metropolitana de Lisboa, e assim devemos referir o seguinte:-----

Pelo Despacho n.º 13370/2011 de 22 de Setembro de 2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 192, 6 de Outubro de 2011, S. Exa. o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, determinou a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de apresentar uma proposta de revisão das redes de transportes públicos e de criação de um sistema tarifário intermodal na Área Metropolitana de Lisboa.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

A emissão do despacho baseou-se nas seguintes considerações:-----

a) As empresas públicas do sector dos transportes terrestres têm, na sua generalidade, uma situação económico-financeira bastante debilitada, apresentando, há longos anos, avultados défices operacionais crónicos e um crescente endividamento;-----

b) Nos termos do Memorando de Entendimento firmado pelo Governo Português com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, o Estado Português comprometeu-se a rever o nível do serviço público prestado por todas as empresas públicas de modo a reduzir o seu grau de subsidiação;-----

c) Um dos princípios orientadores da política do Governo para o sector dos transportes é o do equilíbrio operacional das empresas do sector empresarial do Estado, atuando, nomeadamente, ao nível da racionalização de custos e promoção da eficiência; -----

d) As redes de transporte devem ser periodicamente revistas e atualizadas em função das novas realidades territoriais. Existe um conjunto de serviços de transporte público, criado há várias décadas — que se mantém praticamente inalterado apesar de terem decorrido importantes evoluções demográficas e de terem surgido novas soluções alternativas de mobilidade — para o qual importa rever a sua adequabilidade no momento e conjuntura presentes;-----

e) Os sistemas e redes de transporte eficientes devem adotar uma visão sistémica e intermodal, em detrimento de uma lógica modal, racionalizando as situações de redundância e competição entre modos, geradoras de desperdícios de recursos públicos e ineficiências;-----

f) Os níveis dos serviços de transporte público a assegurar devem ser dimensionados de forma a dar uma resposta ajustada às necessidades de mobilidade e acessibilidade dos seus passageiros, dentro dos limites orçamentais dos recursos públicos disponibilizados pelos contribuintes;-----

g) Não existe ainda na Área Metropolitana de Lisboa um verdadeiro sistema tarifário intermodal que seja promotor da utilização dos transportes públicos, apesar de ser uma reivindicação partilhada há décadas por passageiros, operadores de transportes e autarquias da Área Metropolitana de Lisboa.-----

Assim, o Grupo de Trabalho foi incumbido de apresentar propostas com incidência, nomeadamente, sobre:-----

a) A eliminação de redundâncias, sobreposições e competição entre as diferentes redes de transportes públicos;-----

b) A adequação dos níveis de serviço e oferta das diferentes redes de transporte com vista ao atingir de taxas de ocupação médias e velocidades comerciais em linha com as boas práticas internacionais;-----

c) A adequação da oferta, em serviços e períodos para os quais o modo de transporte atualmente utilizado se encontre desenquadrado do nível de procura verificado, adotando e privilegiando, em alternativa, os modos de transporte mais eficientes para assegurar o serviço público;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

d) A modelação de um sistema tarifário que promova a utilização dos transportes públicos numa ótica intermodal e que seja financeiramente equilibrado, com uma adequada remuneração dos diferentes modos e operadores de transportes públicos.-----

Finalmente, o Grupo de Trabalho constituído por elementos designados pelas seguintes entidades:-----

Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;-----

Metropolitano de Lisboa;-----

Companhia Carris de Ferro de Lisboa;-----

CP — Comboios de Portugal;-----

Grupo Transtejo;-----

ANTROP – Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados de Passageiros.-----

Pela interação com alguns dos modos de transporte em análise, o Grupo de Trabalho convidou a FERTAGUS e a MTS – Metro Transportes do Sul, a acompanharem a sua atividade e contribuírem para os temas em análise.-----

Dando cumprimento ao disposto número 5 do Despacho n.º 13370/2011, o Grupo de Trabalho, em reunião realizada em 31 de Outubro de 2011 com representantes de todos os Municípios e da Junta Metropolitana de Lisboa, submeteu às autarquias locais da Área Metropolitana de Lisboa o conjunto de propostas de alterações na oferta e o modelo de simplificação do tarifário sobre os quais se encontrava a trabalhar, solicitando a respetiva apreciação, bem como eventuais propostas de medidas adicionais ou alternativas, convergentes para os objetivos estabelecidos para este trabalho.-----

Por exemplo, no que se refere ao transporte ferroviário, no Metropolitano de Lisboa e sob proposta deste operador, entendeu-se propor: -----

A manutenção do horário de funcionamento vigente com a implementação de um novo modelo de oferta, alterando as frequências entre comboios, de acordo com a procura de cada linha e em troços específicos, para situações e períodos característicos.-----

A introdução do regime de marcha económica em todas as linhas, a utilização de forma generalizada nos períodos menos carregados (dias úteis a partir das 21h30, fins de semana e feriados) com comboios de três carruagens e na linha verde em todo o período de exploração – melhorando também a perceção de segurança dos passageiros;-----

O encerramento de átrios secundários de diversas estações. -----

Tais ajustamentos, não terão impactes significativos para os passageiros mas induzem poupanças significativas em consumos de energia, de manutenção, exploração de instalações fixas e pessoal, que se estima que possam atingir 4,77 M€, sem prejuízo de outras medidas que possam vir a ser tomadas.-----

A Junta Metropolitana e a Assembleia Metropolitana acompanharam de perto toda a reformulação proposta, apresentaram sugestões e o resultado, segundo o senhor vereador Hugo Martins, que acompanhou todo o processo, o resultado é satisfatório para o concelho.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

O problema da articulação entre os diversos meios de transporte já vem de muito longe e resulta de uma grande diversidade de meios que se foram desenvolvendo ao longo dos anos tendo como única centralidade a cidade de Lisboa. Mas Lisboa mudou, perdeu algumas centenas de milhares de habitantes para a periferia onde foram criadas novas centralidades.-----

Hoje, a Área Metropolitana tem cerca de 2.700.000 habitantes e destes só 470.000, são lisboetas, melhor dizendo, habitantes da cidade de Lisboa.-----

Tendo por um lado, em conta que Lisboa é e continuará a ser o principal polo de desenvolvimento de toda a área Metropolitana, por outro lado não faz sentido planejar e desenvolver meios de transporte que não tenham em conta a nova realidade de desenvolvimento metropolitano com a criação de novas centralidades.-----

É por isso que chamei a atenção nesta assembleia para a contradição que foi o facto do metropolitano de Lisboa ter instruções para se desenvolver unicamente dentro da cidade de Lisboa num período de acentuado declínio populacional na capital. -----

É claro que estas reflexões deveriam ser desenvolvidas pela Autoridade Metropolitana dos Transportes e por todas as autarquias da AML, mas a verdade é que a AMTL continua a não funcionar por falta de meios e de poder em concreto para corrigir eventuais anomalias no sistema de transportes, e as autarquias acabam por não ter uma visão comum da rede de transportes.-----

A situação é complexa e sabemos que há problemas a ultrapassar, e só para citar dois: -----

A força e a influência da câmara municipal de Lisboa em todo este processo; -----

Os operadores privados, com contratos de exploração assinados. -----

Não podemos ignorar que, Odivelas faz parte dum sistema de transportes metropolitano e é nessa perspetiva que devemos ver o funcionamento de toda a rede e também, porque não dizer, pela sustentabilidade do serviço de transportes.-----

Relativamente à Proposta de Deliberação da CDU relativamente aos transportes, temos a dizer o seguinte:-----

Em primeiro lugar e se bem que seja correta a afirmação de que a AMTL tem atribuições em várias áreas nomeadamente as que são mencionadas, na prática não funciona, essencialmente porque não tem poder efetivo e não tem meios.-----

No Ponto 4 diz-me que o município tem obrigação de zelar para que aos munícipes de Odivelas a AMTL garanta aquilo a que por lei está obrigada, o que até ao momento não tem acontecido. -----

É óbvio que, a câmara nada pode exigir a quem nada faz, no entanto temos conhecimento de que o vereador Hugo Martins que reúne regularmente com o grupo de vereadores da mobilidade no âmbito da Junta Metropolitana, fez o possível para que os danos fossem diminutos no que respeita à manutenção das carreiras existentes, e penso que conseguiu, digamos que, foi o acordo possível.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Relativamente à questão aqui colocada pela senhora do público, a nossa opinião é que questão dos transportes diretos, nomeadamente das freguesias da Pontinha e Famões, questão que tem sido amplamente debatida, ficaria resolvida se estas freguesias ficassem sob a alçada do Hospital de Santa Maria, esta seria a solução mais lógica e que não obrigaria a que os operadores privados fizessem um serviço que, manifestamente não querem.-----

Apesar das reservas manifestadas o nosso sentido de voto é a abstenção.-----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, -----

Susana Guerreiro, pela bancada do **PS** -----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, -----

"O assunto dos transportes públicos, na Freguesia de Caneças e no concelho constitui uma das nossas preocupações diárias. -----

Ora porque a própria RL lhes alterou o seu transporte habitual, normalmente reduzindo-o ou extinguindo-o, ou ainda porque tarda em ajustar os transportes existentes às necessidades crescentes da população, ou ainda, porque lhes alterou o acesso. -----

Foi assim que aconteceu com redução de carreiras entre Caneças/Vale, Nogueira/Caneças) em horários da manhã e da noite, colocando alguns dos seus utilizadores, em dificuldade, visto que só tinham duas alternativas, ou se deslocavam em viatura própria ou a pé, situação bem difícil nomeadamente, no inverno. -----

Também, na carreira Casal Novo Colégio Militar que passou a ir só até à Pontinha, obrigando à transferência de transporte. -----

A supressão de carreiras ao fim-de-semana, nomeadamente nas Casal Novo e Sr Senhor Roubado e Casal Novo/Pontinha, causando dificuldades, nomeadamente, a quem trabalha nesses períodos.-----

Conhecemos outras situações de supressão de carreiras, que partindo de Caneças para fora do concelho, deixaram de servir muitas populações. -----

São conhecidos casos em que as pessoas aceitaram determinada situação profissional porque tinham meios de transporte público que agora lhes são retirados. -----

Voltando às dificuldades de transporte no interior da Freguesia de Caneças:-----

Continuamos à espera que a RL resolva a situação, à muito prometida, para os bairros a poente da Freguesia, nomeadamente, a ligação ao Arco Maria Teresa e ao Olival Santíssimo.-----

Também a nascente, nomeadamente os bairros dos CTT e Arroteias, cuja distância que os separa do centro da vila onde se situam os meios e serviços, têm reclamado, mas não são ouvidos.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Somos uma Freguesia em crescimento, onde a ligação entre os bairros e o centro da Vila, em alguns casos, é muito difícil, urge reforçar, ampliar ou corrigir o traçado da carreira urbana.-----

Esta prometida desde a sua inauguração, mais agora que as deslocações de e para o Hospital Beatriz Ângelo, constituem um pesadelo para populações fora do centro da Vila, nomeadamente, nas áreas de Casal Novo e Flor do Minho.-----

Uma outra preocupação que nos vem chegando com muita frequência é o facto de já se falar na alteração dos passes sociais em resultado da junção das empresas Carris/Metro, as dificuldades dos alunos das escolas, nomeadamente, fora da freguesia e até do concelho.-----

Em tempo de dificuldades e de crise crescente, não podemos aceitar mais aumentos, menos qualidade e maiores dificuldades no acesso aos transportes e transportes com condições.-----

Não podemos deixar de exigir uma intervenção, junto dos operadores, com vista a minimizar os efeitos, exigindo o cumprimento de anteriores situações, menos gravosas.-----

Não esquecemos e, por isso, alertamos, que esta situação dos transportes urbanos é, também uma responsabilidade municipal.-----

É urgente e necessário que sejam tomadas medidas eficazes, com vista à resolução dos problemas, hoje em debate.-----

Temos consciência quês estas são apenas algumas das situações, sendo que outras existem, por exemplo as ligações de transporte com o final das aulas na escola secundária, obrigando os alunos a esperar pelo transporte cerca de uma hora."-----

Presidente da Junta de Freguesia do Olival Basto, **Joaquim Farinha**, pela bancada do **PS**,-----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, propôs votar-se de imediato a proposta de deliberação. -----

O Sr. **Presidente das Assembleia Municipal** colocou à votação do plenário passar-se de imediato à votação a proposta de deliberação acima referida, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento com as alterações feitas, à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas da CDU e do BE e com as abstenções das bancadas, Independente, CDS/PP, MPT, PS e PSD. -----

Dado o adiantado da hora, pelo Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, foi colocado à consideração do plenário continuar que a discussão do ponto 3 da presente ordem de trabalhos, passa-se para a próxima sessão, tendo sido Aprovado por Unanimidade. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h30m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----